

VOZES SILENCIADAS: A MEMÓRIA DA AUSÊNCIA NOS CONTOS DE BERNARDO KUCINSKI

Juliene Kely Zanardi
Mestre em Letras pela UERJ
julienezanardi@gmail.com

RESUMO

A ditadura militar perpetrada entre os anos de 1964 e 1985 deixou marcas indeléveis na sociedade brasileira. Os diversos mecanismos envolvidos no ocultamento dos abusos e crimes cometidos durante o período deixaram como herança não só a ausência de memória coletiva, como também a repetição sintomática de erros do passado recalcado. A proposta do presente artigo é evidenciar a importância da literatura como meio para o testemunho e, conseqüentemente, como forma de resistência contra o esquecimento que acomete a população brasileira. Tendo em vista tal propósito, o presente trabalho se volta para a análise de dois contos de Bernardo Kucinski que evocam o período da ditadura militar, revelando as diferentes camadas de ausência que perpassam tal memória.

Palavras-chave: memória, testemunho, ditadura militar no Brasil, Bernardo Kucinski.

ABSTRACT

The military dictatorship perpetrated between 1964 and 1985 left indelible marks on Brazilian society. The various mechanisms involved in concealing crimes, committed during the period, left as inheritance not only the absence of memory, but also the symptomatic repetition of errors of the repressed past. The purpose of this article is to highlight the importance of literature as a means for testimony and, consequently, as a form of resistance against the attempts to impose the forgetfulness that affects the Brazilian population at the present. In view of this purpose, the present study will analyze two short stories by Bernardo Kucinski that evoke the military dictatorship, revealing the different layers of absence that permeate this memory.

Keywords: memory, testimony, military dictatorship in Brazil, Bernardo Kucinski.

LITERATURA, MEMÓRIA E TRAUMA: A ESCRITA COMO NECESSIDADE

Até que ponto é possível narrar o trauma? Em outros termos: seria possível traduzir em palavras uma experiência que, por essência, se caracteriza pela dificuldade de

assimilação do sujeito que a vivencia? Selingmann-Silva, em seu artigo “Narrar o trauma” (2008), assinala o testemunho como uma atividade elementar daquele que, a exemplo dos sobreviventes do *Lager* (campo de concentração), vivenciou uma situação radical de violência. Segundo o autor, narrar o trauma apresenta-se como uma condição de sobrevivência para aqueles que passaram por um evento-limite. Entre as razões que tornam a narrativa tão imperiosa, encontra-se o desafio de estabelecer uma ponte entre aquele que sobrevive à experiência traumática e “os outros”. A narrativa apresenta-se, assim, como uma espécie de picareta que derruba o muro que separa o sobrevivente dos demais, um meio para que este possa iniciar seu trabalho de religamento ao mundo.

Todavia, o testemunho encerra um paradoxo: se, por um lado, existe a necessidade premente de narrar a experiência vivida, por outro, esbarra-se na própria impossibilidade de fazê-lo. Em primeiro lugar, como aponta Selingmann-Silva (2003, p. 46), há uma cisão entre o evento traumático e a linguagem de que se dispõe para narrá-lo. Em outras palavras, depara-se com a incapacidade de recobrir a experiência vivida com o verbal. A linguagem, antes de abarcar o indizível, é seu fruto. Assim, aquele que testemunha revela uma relação excepcional com esta, uma vez que

desfaz os lacres da linguagem que tentavam encobrir o “indizível” que a sustenta. A linguagem é antes de mais nada, o traço – substituto e nunca perfeito e satisfatório – de uma falta, de uma ausência. (SELINGMANN-SILVA, 2003, p. 48).

Além disso, o testemunho esbarra no caráter absurdo dos fatos vivenciados, que confere a estes um ar inverossímil, tamanho o horror que encerram. Nesse sentido, narrar o trauma pode ser comparado ao ofício de um tradutor. Como assinala Selingmann-Silva (2008, p. 69), da mesma forma que aquele que traduz tem de “se submeter, ao mesmo

tempo, sem esperanças de uma trégua, à ditadura da língua que traduz e a da língua para a qual está traduzindo”, o sobrevivente de um evento traumático como a *Shoah* tenta conciliar, sem sucesso, as regras de verossimilhança do universo traumático vivenciado com as do “nosso mundo”.

Diante de tal dilema, a imaginação mostra-se como uma alternativa para enfrentar a crise do testemunho:

A imaginação é chamada como arma que deve vir em auxílio do simbólico para enfrentar o buraco negro real do trauma. O trauma encontra na imaginação um meio para a sua narração. A literatura é chamada diante do trauma para prestar-lhe serviço. (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 65).

Obviamente não se trata de ver na literatura a solução para o paradoxo do testemunho. Todavia, como aponta Seligmann-Silva (2003, p. 47), perante a impossibilidade de verter em palavras a experiência vivida, a imaginação vem em auxílio da linguagem como meio de enfrentar o “real”. Só com arte é que se torna possível desafiar tal intraduzibilidade, ainda que esta jamais possa ser totalmente submetida.

DITADURA MILITAR E A HERANÇA CULTURAL DO ESQUECIMENTO

A história do Brasil é marcada por uma sequência de eventos traumáticos que foram determinantes para a constituição social do país. Como evidenciam Friedman e Bastazin (2016, p. 3), a exploração colonial e a brutalidade do período da escravidão foram os primeiros traumas coletivos vivenciados pela sociedade brasileira. Tais experiências abriram caminho para a instauração e a permanência de regimes autoritários, entre eles a ditadura militar instituída de 1964 a 1985.

Como lembra Kehl (2013), a supressão do direito à informação é uma das bases em que se apoiam os regimes totalitários. Por meio dessa estratégia, busca-se silenciar, ao menos temporariamente, as violações, os abusos e os crimes cometidos. A censura e o aniquilamento dos opositores (por meio de torturas, prisões e assassinatos) foram mecanismos empregados durante o período da ditadura militar brasileira como meio de manutenção do autoritarismo. Como evidencia Michael (2016, p. 18), mesmo a chamada “abertura política”, promovida durante o governo Geisel, funcionou como um meio de conservação do regime, uma vez que visava não a uma real intenção de respeitar os direitos humanos e civis, mas a uma maneira “de ganhar respeitabilidade, eliminando alguns instrumentos repressivos do poder para fortalecer o autoritarismo tecnocrático a longo prazo”.

Tais mecanismos de repressão produziram sequelas que se fizeram sentir posteriormente na sociedade brasileira. Como herança cultural inegável do período ditatorial, encontra-se o esquecimento passivo que acomete a população brasileira. Conforme demonstram Friedman e Bastazin (2016, p. 4), o povo, ingenuamente alienado, não consegue confrontar sua própria história e entender-se como sociedade recém-democrática, algo que interessa às políticas pós-ditatoriais ainda vigentes.

Em artigo intitulado “A verdade e o recalque” (2013), Maria Rita Kehl evidencia as consequências de tal alienação na dinâmica social brasileira. De acordo com a autora, um dos grandes sintomas da supressão da verdade histórica é justamente a repetição patológica de erros e crimes do passado. A brutalidade das execuções policiais que vitimam jovens nas favelas e periferias do país e o assassinato de militantes a mando de grandes grileiros de

terra, por exemplo, mostram-se como reflexo da violência e da impunidade instituídas durante a ditadura militar.

Ainda no artigo mencionado, Kehl aponta para a necessidade de confrontar o passado recalçado a fim de que as repetições sintomáticas produzidas pela alienação não voltem a acontecer. Nesse sentido, a autora salienta a importância da construção de uma narrativa forte e bem fundamentada, que seja capaz de transformar os restos traumáticos da vivência do período ditatorial em experiência coletiva.

A esse respeito, cabe salientar que, além do aspecto individual, há uma componente coletiva na narração do trauma. No contexto das chamadas “catástrofes históricas”, como os genocídios e os regimes ditatoriais (entre eles, o ocorrido no Brasil), “a memória do trauma é sempre uma busca de *compromisso* entre o trabalho da memória individual e outro construído pela sociedade” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 67). O testemunho surge não só como uma espécie de ponte entre o sobrevivente da experiência traumática e a sociedade, mas também como uma forma de resistência contra o negacionismo da situação-limite vivenciada.

Como aponta Franco (2003, p. 351-2), depois da catástrofe dos campos de concentração e extermínio, a literatura (e a arte como um todo) vê-se diante do desconforto de não poder existir sem ignorar as atrocidades sofridas pelas vítimas do nazismo. Como parte da sociedade e, conseqüentemente, da barbárie que aniquilou multidões de forma planejada, a obra de arte que finge não ouvir o grito de horror dos massacrados se manifesta sob o estigma do escárnio. Assim, diante dessa situação desconfortável, a literatura é como

que intimada a “lutar contra o esquecimento e contra o recalque, isto é, lutar contra a repetição da catástrofe por meio da rememoração do acontecido” (FRANCO, 2003, p. 352).

Dada a importância da memória como forma de resistência ao negacionismo e o recurso da imaginação como meio de desafiar a intraduzibilidade do trauma, o presente trabalho volta-se para a contribuição da literatura na construção de uma narrativa que, como propõe Kehl (2013), seja capaz de fazer com que o povo brasileiro (re)conheça as atrocidades cometidas durante o período ditatorial e possa, assim, confrontar o passado e superar as consequências decorrentes de seu esquecimento. Tendo em vista tal propósito, a próxima seção será dedicada à apresentação e à análise de dois contos do escritor Bernardo Kucinski, os quais abordam a temática da ditadura militar evocando a imagem daqueles que tiveram suas vozes silenciadas pelo autoritarismo do regime.

LITERATURA E MEMÓRIA: A HERANÇA DA DITADURA MILITAR NOS CONTOS DE BERNARDO KUCINSKI

Os textos que compõem o *corpus* do presente trabalho fazem parte do livro *Você vai voltar pra mim e outros contos* (2014). Trata-se de uma coletânea extraída de um conjunto de 150 contos produzidos por Bernardo Kucinski entre junho de 2010 e junho de 2013. Para a antologia, foram escolhidos 28 contos que têm como denominador comum a temática da ditadura militar brasileira, rememorando o clima de opressão reinante no país naquele período, bem como suas sequelas.

Cabe mencionar que tal coletânea foi publicada após o sucesso de crítica de *K. – Relato de uma busca* (originalmente publicado em 2011), livro de estreia do escritor na área da ficção. A obra, de forte inspiração autobiográfica, narra a história de um pai à procura de sua filha, desaparecida no contexto da ditadura militar ocorrida no Brasil. Como deixa claro para

o leitor o alerta que abre a narrativa (“Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu”), na novela, ficção e memória se misturam. Nos anos 70, a família de Kucinski sofreu com o desaparecimento de Ana Rosa Kucinski e Wilson Silva, respectivamente, irmã e cunhado do escritor. Como elucida o próprio autor em entrevista concedida à *Deutsche Welle*, em outubro de 2013, a tragédia vivenciada por sua família foi o fio condutor da narrativa, em uma mescla de memória e imaginação:

A forma que eu encontrei de narrar foi inventar situações a partir de incidentes ou fatos que realmente ocorreram. Alguns capítulos são muito factuais, por exemplo “Nesse dia a terra parou” [quando o pai aguarda pelo rádio o anúncio do governo militar sobre o paradeiro de desaparecidos políticos]. Outros capítulos são totalmente imaginados, por exemplo “A terapia” [o diálogo entre uma terapeuta e uma faxineira que trabalhou no local de tortura de presos políticos]. Essa forma me permitiu fundir situações e trazer elementos do passado anterior ao desaparecimento, trabalhar com a imaginação. (KUCINSKI, 2013).

Nos contos que compõem a coletânea *Você vai voltar pra mim e outros contos* (2014), a mistura entre ficção e memória também se faz presente. Embora o autor não deixe evidente, como ocorre em *K.*, a natureza (auto)biográfica dos contos que compõem o livro, as histórias ali apresentadas são bastante representativas do período. Conforme arremata Maria Rita Kehl (apud KUCINSKI, 2014, p. 17), no prefácio da obra, os episódios narrados são tão conhecidos das vítimas e dos estudiosos da ditadura militar brasileira que se poderia dizer, como se afirma nas legendas finais de alguns filmes, que todos eles sejam “inspirados em fatos reais”.

Dada a variedade de textos que compõem a obra, elegeu-se como critério de seleção para o presente artigo dois contos que resgatam a imagem daqueles que vivenciaram a fundo as consequências da violência perpetrada pela ditadura militar e que, portanto, não

puderam voltar para contar – ou tentar fazê-lo, tendo em vista a impossibilidade de efetivamente narrar o trauma – suas histórias. Nas palavras de Primo Levi (2016, p. 66), as “autênticas testemunhas” da catástrofe, as quais, de fato, nunca poderemos ouvir, apenas evocar na fala dos sobreviventes.

Com base em tal critério, foram selecionados os contos “Joana” e “O velório”, que abordam a temática dos desaparecidos políticos, cujos corpos jamais foram encontrados. Embora outras vítimas integrais dos horrores praticados pela ditadura apareçam nas narrativas da coletânea de Kucinski, optou-se pela figura dos desaparecidos, tendo em vista a relevância da questão na obra do autor, uma vez que ele próprio vivenciou o trauma de nunca encontrar o corpo da irmã.

O conto “Joana” gira em torno de uma senhora, cujo nome dá título à narrativa, que vaga sozinha pelas ruas em busca do marido desaparecido. Raimundo (cônjuge de Joana) era metalúrgico e tinha ligação com um grupo de Ação Popular que organizava os funcionários da fábrica onde ele trabalhava durante o regime militar. Um dia, provavelmente motivada pela atuação política de Raimundo, a polícia vai à residência do casal e o prende, sem “mandado de prisão, sem nada” (KUCINSKI, 2014, p. 59), dando início à série de arbitrariedades relacionadas ao seu caso. Após o episódio, Joana nunca mais viu o marido, vivo ou morto.

Com base em documentos e depoimentos obtidos em várias comissões, constatou-se que, no mesmo dia em que fora levado à prisão, Raimundo foi brutalmente espancado até a morte. Seus gritos foram ouvidos de outras celas. Para encobrir o homicídio, doloso e qualificado (já que atrelado ao crime de abuso de autoridade), a polícia comete novo crime:

a ocultação do cadáver. Apesar das investigações, o paradeiro do corpo nunca foi descoberto, sendo descrito no conto como “um dos casos mais impenetráveis de desaparecimento, um caso em que nenhuma pista surgiu” (KUCINSKI, 2014, p. 59).

Tais constatações, entretanto, não satisfazem o coração de Joana, que precisa do corpo do marido para vivenciar o luto: só se considerará viúva “no dia em que trouxerem o atestado de óbito de Raimundo e mostrarem sua sepultura” (KUCINSKI, 2014, p. 59). Nem mesmo o atestado de óbito fornecido pelo Governo constituiu para Joana uma prova irrefutável da morte do marido. No papel, não constam o dia e o local em que Raimundo morreu e nem a causa de sua morte. Trata-se de um “pseudoatestado” que só serve para resolver questões burocráticas da família. Por isso, Joana insiste na busca pelo marido, procurando-o pelas ruas em meio aos marginalizados, na esperança de que ele esteja por aí desmemoriado, talvez cego ou aleijado, vagando perdido pelo mundo.

O conto se passa no ano de 1995, vinte e seis anos após o desaparecimento de Raimundo, e Joana insiste na busca como “se uma força superior a fizesse levantar automaticamente e sair errante pelas ruas à procura do marido” (KUCINSKI, 2014, p. 60). Embora não tenha sido vítima direta da brutalidade do regime, como seu marido, o conto mostra como a vida de Joana foi radicalmente afetada pelo acontecimento, algo que fica evidente na fala final do narrador, um dos advogados que trabalhou no caso:

Joana era jovem quando assassinaram Raimundo. Eu não a conheci nessa época. Dizem que era muito bonita e nunca quis outro homem. Sim, pensando bem, acho que essa é sobretudo uma história de amor, um desses amores intensos que nem o tempo nem a ditadura conseguiram extinguir. (KUCINSKI, 2014, p. 60).

Um aspecto relevante do conto é o caráter silencioso da peregrinação de Joana, que vaga em busca do marido quase sem ser notada, como frisa o narrador:

Vocês nunca conhecerão a história dessa mulher, se eu não a contar, pois só sabem dela os indigentes, com quem certamente vocês não conversam e, no outro extremo social, alguns príncipes da Igreja e advogados ilustres, os quais vocês também não frequentam. (KUCINSKI, 2014, p. 58).

Como é evidenciado pela narrativa, o sofrimento causado pelos desaparecimentos é conhecido apenas pelos familiares e pessoas mais próximas das vítimas. A maioria da população permanece alheia e apática em relação a histórias como a de Joana. Falta, portanto, uma memória coletiva. Mesmo o reconhecimento oficial da morte de Raimundo com a emissão de um atestado de óbito pelo Estado não configura uma forma de tentar reparar o mal feito. Ao contrário, traçando paralelos com o que diz Catherine Coquio (apud SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 76) a respeito do genocídio dos Tutsis em Ruanda no ano de 1994, os rituais oficiais teriam mais um caráter de memória encobridora do que de uma real disposição de confrontar o passado. A esse respeito, é interessante mencionar uma passagem da novela *K.: relato de uma busca*, em que o narrador fala sobre o que chama de “totalitarismo institucional”, um mecanismo empregado pelo Estado com a finalidade de estender a repressão aos sobreviventes por meio do sentimento de culpa:

Porque é óbvio que o esclarecimento dos sequestros e execuções, de como e quando se deu cada crime, acabaria com a maior parte daquelas áreas sombrias em que se fazem crer que, se tivéssemos agido diferentemente do que agimos, a tragédia teria sido abortada.

Por isso, também as indenizações às famílias dos desaparecidos – embora mesquinhas – foram outorgadas rapidamente, sem que eles tivessem que demandar, na verdade antecipando-se a uma demanda, para enterrar logo cada caso. Enterrar os casos sem enterrar os mortos, sem abrir espaço para uma investigação. Manobra sutil que tenta fazer de

cada família cúmplice involuntária de uma determinada forma de lidar com a história. (KUCINSKI, 2016, p. 156).

Outro conto que aborda a temática dos desaparecimentos na coletânea de Kucinski é “O velório”. Trata-se da história de um pai, chamado Antunes, que, pressentindo a proximidade da própria morte, decide realizar o enterro (simbólico) do filho desaparecido durante a ditadura. O velório ocorre para atender a uma necessidade do pai, que não quer morrer antes de enterrar “seu” Roberto. Para isso, realiza com esmero todos os preparativos para a cerimônia, entre eles, a confecção de uma coroa de flores na qual foi afixada uma faixa de seda azul e branca com os dizeres: “Ao Roberto, dos seus pais, tios e irmãs, que nunca te esqueceram” (KUCINSKI, 2014, p. 49).

Além da família, o conto revela que toda cidade compareceu ao evento:

Às três da tarde tem-se a impressão de que todos os viventes da cidade estão no velório de Roberto, inclusive os gatos e os cachorros. Comentam que nunca houve um velório tão concorrido. Não se vê ninguém nas ruas, na praça da matriz, na rodoviária. Virou uma cidade fantasma. (KUCINSKI, 2014, p. 54).

Até mesmo as autoridades da cidade – o prefeito Belisário, o delegado dr. Costa e o padre Gonçalves – se fizeram presentes durante o velório. Mais do que isso, padre Gonçalves, que, a princípio, explicou à dona Rita, esposa de Antunes, que não poderia officiar a missa de corpo presente nem a de sétimo dia em tais circunstâncias, deu sua bênção durante a cerimônia.

Mesmo sem o corpo do filho, nunca encontrado – dentro do caixão estão um paletó e um par de sapatos de Roberto –, o velho Antunes se mostra satisfeito com o acontecimento, como revela a passagem abaixo que narra o início do cortejo para o enterro:

O velho Antunes acompanha, com a mão direita sobre o caixão. Faz força para caminhar ereto e com passadas firmes. Sente-se exausto mas feliz. Seu sonho de tantos anos finalmente se realiza: já pode morrer em paz. E toda a cidade compreendeu. Isso foi o mais importante. Toda a cidade. Até o padre Gonçalves, que primeiro lavou as mãos, depois deu a bênção. (KUCINSKI, 2014, p. 55).

Interessante notar que, diferentemente de Joana, que persiste em sua busca por Raimundo, o episódio narrado em “O velório” marca o fim do tormento do pai em relação ao desaparecimento do filho. Se, por um lado, Joana tem um atestado de óbito que reconhece juridicamente a morte do marido, por outro, a memória em torno do desaparecimento de Raimundo e do sofrimento de seus familiares foi ofuscada. Em contrapartida, ainda que também não haja corpo, Antunes se sentiu capaz de encarar o luto depois de tantos anos de sofrimento e silêncio – o assunto do desaparecimento do filho configurava uma espécie de tabu, “um segredo de família” (KUCINSKI, 2014, p. 51). Como a narrativa permite inferir, talvez o fator determinante para isso tenha sido o fato de que toda a cidade não só estava presente no enterro simbólico, como “compreendeu”. Ainda que a morte e o desaparecimento do filho não possam ser reparados, a memória coletiva pode.

Ambos os contos mostram, pois, como comenta Michael (2016, p. 29), ao analisar *K.*, que os desaparecimentos ocorridos durante a ditadura mantêm o aparelho de repressão do Estado intacto, fazendo com que os assassinos estendam “seu triunfo aos que ainda vivem e inclusive à geração posterior”. No entanto, como se deixa antever na narrativa de “O velório”, a construção de uma memória coletiva poderia reverter as marcas desse passado recalcado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos dois contos analisados, a memória sobre o período da ditadura militar é evocada, trazendo à tona diferentes camadas de ausência. Primeiramente, nota-se a ausência de voz das vítimas diretas da violência perpetrada durante o regime. Tanto em “Joana” quanto em “O velório”, as testemunhas “autênticas” (usando a adjetivação dada por Primo Levi) se manifestam nas narrativas por meio de sua ausência. Os corpos de Raimundo e Roberto nunca foram encontrados. Suas histórias são narradas por terceiros, permeadas por silêncios que jamais serão desvelados. Trata-se de mais um mecanismo empregado pelo opressor com a finalidade de continuar a abater as vítimas simbolicamente, por meio de seu apagamento.

Tal ausência se faz presente e reverbera nas demais personagens, como uma herança. O ocultamento dos corpos impede o trabalho de luto dos familiares das vítimas, instaurando mais um nível de silêncio. Joana busca pelo marido sem ser notada por aqueles que estão à sua volta. Antunes passa anos evitando tocar no assunto do desaparecimento do filho, que se torna um “tabu” em sua família. A ausência de voz estende-se, pois, àqueles que ficaram, cuja angústia permanece despercebida para a maioria da população.

As vozes silenciadas ecoam surdamente nas gerações futuras, revelando outras camadas de ausência: 1) a ausência de justiça, já que, com a anistia, os crimes cometidos pelo Estado jamais foram punidos; 2) a ausência de memória coletiva, que faz com que boa parte da sociedade brasileira se mantenha alheia a seu passado. Trata-se de camadas de ausência que se retroalimentam. Se, por um lado, a ausência de memória é o que permite a manutenção da impunidade e a possibilidade de repetição dos mesmos erros, por outro, ela

é decorrente da própria ausência de justiça, que impossibilita o esclarecimento das atrocidades cometidas e, conseqüentemente, o confronto da sociedade com elas.

O memoricídio instituído pelo próprio Estado é um dos mecanismos empregados para que a barbárie permaneça na penumbra do esquecimento. Diante disso, o testemunho se faz necessário não só como forma de resgatar a memória, mas também de confrontá-la. Nesse contexto, a literatura se apresenta como um lugar de resistência, colocando-se a serviço da elaboração de tal narrativa. Se, por um lado, não há como reparar o mal feito, por outro, como a análise dos contos evidencia, existe a necessidade de desnudar a memória encoberta para que possamos lidar com o passado recalcado a fim de garantir que os mesmos erros não venham a ser repetidos.

REFERÊNCIAS

FRANCO, Renato. “Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70”. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p.351-369.

FRIEDMAN, Iris; BASTAZIN, Vera. “K. – Relato de uma busca, de Bernardo Kucinski: ausência de memória na Literatura de Testemunho”. *Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos, UFMG, Belo Horizonte*, v. 10, n. 8, p. 1-14, maio 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/maaravi/article/view/10608/pdf>>. Acesso em: 26 de março de 2018.

KEHL, Maria Rita. “A verdade e o recalque”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 de março de 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/100123-a-verdade-e-o-recalque.shtml?loggedpaywall#_=_>. Acesso em 21 de abril de 2018.

KUCINSKI, Bernardo. *Você vai voltar pra mim e outros contos*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

_____. *K. : Relato de uma busca*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. *Bernardo Kucinski e a culpa dos que sobreviveram*. Brasil: *Deutsche Velle Brasil*, 08 de outubro de 2013. Entrevista a Tainã Mansani Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/bernardo-kucinski-e-a-culpa-dos-que-sobreviveram/a-17131513>>. Acesso em 15 de abril de 2018.

LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

MICHAEL, Joaquim. “Memória do desaparecimento: a ditadura em K. Relato de uma busca, de Bernardo Kucinski”. *Teresa: revista de Literatura Brasileira*, São Paulo, n. 17, p. 15-30, 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/123339/124521>>. Acesso em: 04 de abril de 2018.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. “Apresentação da questão: A literatura do trauma”. In: _____ (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 45-58.

_____. “Narrar o trauma – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas”. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pc/v20n1/05.pdf>>. Acesso em: 30 de março de 2018.

Artigo recebido em: 30 de maio de 2018.
Artigo aprovado em: 17 de agosto de 2018.